

# **CARTA DE REPÚDIO A AÇÃO RACISTA DO JORNAL A TARDE EM PLENO MÊS DA CONSCIÊNCIA NEGRA PARA SUPPLANTAR OS DIREITOS DA COMUNIDADE TRADICIONAL QUILOMBOLA E PESQUEIRA DE GARAPUÁ – CAIRU/BA**



Nós, movimentos negros e de mulheres negras, movimentos sociais, pastorais sociais e ativistas, viemos repudiar e denunciar a atitude desonesta do jornal A TARDE que publicou uma matéria tendenciosa para prejudicar a comunidade negra pesqueira e quilombola de Garapuá situada na ilha de Tinharé, no município de Cairú, Bahia.

No mês da consciência negra estamos justamente sofrendo vários ataques racistas que objetivam combater o levante das comunidades negras rurais e os movimentos sociais que lutam cada vez com mais força contra o racismo e a violência. Só o racismo explica a sanha de um jornal publicar uma matéria tendenciosa na capa de sua edição no último sábado do mês da consciência negra para negar a identidade da comunidade.

Não é a primeira vez que a mídia baiana se coloca a serviço dos grandes interesses de fazendeiros, empresários e políticos contra as comunidades negras com os espúrios objetivos de fomentar e instrumentalizar os processos judiciais entre a comunidade e fazendeiros/empresários que usurpam as terras públicas da União.

Garapuá é uma comunidade negra tradicional quilombola e pesqueira que preserva o seu modo de vida tradicional, sua cultura e meio de sobrevivência. A comunidade vive de pescaria, mariscagem, artesanato e pequenos comércios, agricultura e atividades de turismo comunitário. Uma localidade tranquila de pessoas simples, honestas e trabalhadoras que ultimamente vem sendo alvo de grandes empresários que desejam usurpar terras tradicionalmente ocupadas pela comunidade para realização de megaempreendimentos como resorts, condomínios fechados, loteamentos ilegais em terras públicas para venda, projetos de privatizar a lagoa (recurso hídrico que abastece a comunidade), intencionando deixar Garapuá cercada sem as possibilidades de suas famílias poderem utilizar seu próprio território tradicional. Inúmeras famílias estão sem acesso à um espaço para viver, tendo que morar de favor ou se amontoar na casa de parentes.

Diante dessa realidade, a comunidade resolveu possibilitar que 80 famílias fizessem suas casas numa área de uso comum da comunidade - dentro do seu território de uso tradicional - e desde lá vem sofrendo violências e ameaças dos seguranças dos fazendeiros, de empresários e também tem sido alvo de ações judiciais, as quais não podem prosperar pois estão baseadas em mentiras.

Os empresários do grande turismo de massa já excluíram as comunidades de outras praias como é o caso do Morro de São Paulo onde as comunidades habitam uma área restrita em condições precárias – conhecida como Buraco do Cachorro – e querem se expandir para toda Ilha e Garapuá que é uma das últimas localidade onde a comunidade continua presente.

Grandes empresários estrangeiros, de vulto nacional, alguns globais, avançam para ocupar o território da comunidade, fechando os caminhos que sempre foram usados tradicionalmente, impedindo o acesso ao mar, ao mangue, aos corais, à lagoa dentre outros acessos, fechando-os com cercas.

Diferente do que a matéria veicula, o turismo não está ameaçado, pois justamente os turistas que chegam a Morro de São Paulo tem como um dos destinos de preferência o território de Garapuá pela presença de belas praias, mas também pelo ambiente acolhedor promovido pela comunidade com suas barracas tradicionais, com sua culinária nativa e sua cultura pulsante. A presença da comunidade e garantia do seu direito é o que pode salvaguardar as características do ambiente tão agradável de Garapuá.

Enquanto isso, os empresários têm empreendido ações de desmatamento, de supressão de mata e manguezais para dar lugar aos seus resorts de luxo que excluíram as comunidades e as pessoas que costumam visitar esta área tão bonita por conta da ação de preservação da comunidade. É comum a ação dos empresários de tentar dividir a comunidade para conquistar e reinar. Prática dos colonizadores que se perpetua ao longo da história. Sendo muito comum também que surjam capitães do mato que atacam a própria comunidade por escusos interesses particulares num processo voraz de cooptação.

Denunciamos, desta forma, a perseguição sofrida pela comunidade por resistirem em seu próprio território tradicional.

Em consequência do alto valor imobiliário, a terra está sendo alvo de fazendeiros e empresários e agora a comunidade e seu território vêm sendo atacados pelo jornal A TARDE. Exigimos retratação do jornal atarde e direito de resposta à comunidade com uma matéria de igual impacto midiático de página inteira em dia de sábado e ampla circulação.

Reafirmamos o nosso apoio irrestrito à comunidade quilombola e pesqueiras de Garapuá que são os legítimos proprietários do território que habitam, cuidam mantendo a integridade do ecossistema ao longo de gerações como espaço de resistência, tradição e cultura do povo negro. Reivindicamos que os órgãos de regularização fundiária acelerem o processo de demarcação e titulação do território quilombola para garantir o direito da comunidade, bem como solicitamos aos órgãos de direitos atenção e apoio à comunidade quilombola para assegurar os seus direitos e conter as ameaças que vem sofrendo.

30 de Novembro de 2020.

**Eia Povo Negro!!!**  
**“Por menos que conte a história**  
**Não te esqueço meu povo**  
**Se Palmares não vive mais**  
**Faremos Palmares de novo “ (José Carlos Limeira)**

**Assinam a Carta:**

Articulação Nacional de Quilombos – BA  
Movimento dos Pescadores e Pescadoras - BA  
Associação de Moradores e Amigos de Garapuá - AMAGA  
Associação de Pescadores e Pescadoras de Cova da Onça- APESCO – Cairu  
Associação de Pescadores e Pescadoras Quilombola de Graciosa - Taperoá  
Associação dos Remanescentes de Quilombos de Pratigi e Matapera – ARQPM - Camamu  
Associação de Pescadores e Pescadoras de Barra de Sirinhaém - Ituberá  
Associação dos Moradores, Amigos, Produtores e Pescadores da Ilha do Tanque - Maraú.  
Associação Remanescente de Quilombo do Buri  
Associação Quilombola de pescadores(as) e lavradores(as)(GUAIPANEMA) - Maragogipe  
Associação dos Remanescentes do Quilombo Porto da Pedra e Mutamba - Maragogipe  
Comunidade do Quilombo do Zumbi - maragogipe  
Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz – Santo Amaro  
Associação de Pescadores e Marisqueiras Frutos do Mar Quilombo da Cambuta – Santo Amaro  
Associação dos Remanescentes do quilombo de Acupe de Santo Amaro  
Conselho Quilombola da Boca e Vale do Iguape  
Núcleo de Desenvolvimento dos Quilombos do Território Recôncavo.  
Centro de Educação e Cultura Vale do Iguape – CECVI  
Comunidade Quilombola de Paus Altos. Antônio Cardoso  
Associação de Pescadores e Pescadora de Remanso  
Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras  
Assentamento Mariana  
Assentamento Paulo freire  
Assentamento Antônio conselheiro (todos Camamu)  
Assentamento Paulo Jackson -Ibirapitanga  
Assentamento Autônomo Carlos Marighella- Ipiaú  
Assentamento Autônomo Claudemiro Dias lima Jitaúna  
Assentamento Euclides neto- Ibirataia  
Assentamento Autônomo Alberico Pacheco – itagiba

Brigada Ojeffersson do MST  
Assentamento Autônomo Joares Araújo - itagí  
Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP  
Comissão Pastoral da Terra - CPT Regional NE III  
Pastoral Operária  
Serviço Inter-franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).  
Instituto Irmãs da Santa Cruz - Irmã Mary Elizabeth Bednarek, csc  
Acasango Advogadas Associadas  
GAMBA – BA  
SASOP  
Mahin – Coletiva de Mulheres Negras  
Instituto Búzios  
Observatório Socioterritorial do Baixo Sul da Bahia (OBSUL/IFBaiano)  
Grupo de Assessoria Jurídica Popular (GAJUP), UNEB- Valença  
Grupo de pesquisa Memória, processos identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia -MITO-UFRB  
GT Conflitos Socioambientais- UEFS, UFRB, IFBA  
Grupo de Pesquisa Geografar – UFBA  
Grupo de Pesquisa Cultura, Ambiente e Território - CAMTO / UFRB - Mariana Balen Fernandes  
Grupo de Pesquisa Costeiros-UFBA  
Marsol - Laboratório de gestão territorial e educação popular da UFBA  
Programa Direito e Relações Raciais/UFBA  
Grupo de Pesquisa Historicidade do Estado, Direito e Direitos Humanos UFBA  
Laboratório de Etnobiologia e Etnoecologia/UEFS  
Laboratório de Biologia Pesqueira/UEFS  
NEAFRAR UNIVASF - Núcleo de Estudos Étnicos e Afro-Brasileiros Abdias Nascimento - Ruth de Souza  
Grupo de pesquisa Muanzi: campo de estudos e ações com Quilombolas.  
Grupo de Pesquisa Colapso-UFBA  
Frei Luciano Bernardi da Comissão Pastoral da Terra da Ba (CPT)  
Tatiana Emília Dias Gomes, Assessoria Jurídica Popular/Professora-UFBA.  
Felipe Milanez, professor do IHAC/UFBA  
Lorena Nunes Aguiar. Advogada e assessora jurídica popular do escritório ACASANGO  
Miguel Lucas de Jesus Silva Santos – Advogado  
Nilton de Almeida Araújo, professor Univasf  
Alex Sandrelanio dos Santos Pereira (professor e Advogado).  
Ana Carla Conceição dos Santos. Advogada popular. Analista jurídico da DPE/BA  
Anderson Menezes Lumumba – Advogado e escritor  
Pedro Andrade Caribé - Jornalista.  
Hamilton Borges – escritor  
Ana Carla Lima Portela- Profa. IFBA Salvador  
Ana Carla Conceição dos Santos. Advogada popular. Analista jurídico da DPE/BA  
Ana Carolina Santos Campos, advogada e assessora jurídica popular  
Antônio Teixeira Lima Junior, pesquisador, doutorando UFRJ  
Jorge Augusto de Jesus Silva - Professor.  
Daniela Galdino (Dra. em Estudos Étnicos e Africanos, docente da UNEB)  
Erikson Walla - jornalista/advogado  
Emmanuel Oguri Freitas. Professor e coordenador do curso de direito da UEFS  
Maria Dolores Sosin Rodriguez – professora  
Antonio Olavo – Cineasta  
Mirna Silva Oliveira - Advogada e professora substituta da UEFS  
Liliane Pereira Campos. Advogada e assessora jurídica popular do escritório ACASANGO  
Luisa Ramos Senna Souza – IFBA  
Samuel Santana Vida - Professor da Faculdade de Direito da UFBA e Advogado.  
Elane Bastos de Souza- MNU- Geografar/UFBA  
Hudson Silva dos Santos – IFBA  
Ana Paula Inacio Diório – UFRB  
Denilson Moreira de Alcântara - Professor SEC/Estado da Bahia  
Viviane Hermida/ Educadora Popular.  
Marco Macedo - Juiz de Direito - Associação Juizes para a Democracia  
Ouvidoria Geral da Defensoria Pública